

## Apresentação

# Dossiê gênero é política

**Profa. Dra. Sylvia Iasulaitis (UFSCar)<sup>1</sup>**  
**Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)<sup>2</sup>**

Gênero é um dos fatores centrais que organizam as experiências no mundo social e uma primeira forma de dar sentido à realidade. As relações de gênero se convertem em relações reguladoras fundamentais em todas as formações sociais e políticas. As análises de gênero focam nas relações de poder que criam desigualdades entre homens e mulheres, gerando conflitos entre gradações e modelos de sexualidade/família que desafiam o binarismo. O conceito de política, como forma de atividade humana, está intimamente ligado ao de poder. Partindo da compreensão de que gênero é o resultado de forças sociais e de relações de poder, entende-se o caráter eminentemente político de gênero. Gênero é política.

Assim sendo, gênero é centralmente importante para a Ciência Política e áreas afins. Gênero transforma os paradigmas disciplinares e conduz a um reexame crítico das premissas e padrões teóricos existentes, podendo-se mencionar aqui de forma emblemática a questão teórica da divisão público-privado. Ainda que algumas das definições convencionais de política permitam o estudo de uma gama mais ampla de fenômenos, foram as teóricas feministas que pressionaram por uma definição de política que englobasse o pessoal e o privado, com a máxima de que “o pessoal é político”. Esse debate teórico repercutiu na sociedade e gerou implicações práticas importantes no que tange ao enfrentamento da violência doméstica.

Não obstante, convém destacar que inúmeros temas das reflexões teóricas de gênero surgiram de uma longa história de ativismo das mulheres em muitas das regiões

---

<sup>1</sup> Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar (siasulaitis@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar (msbraga@ufscar.br).

do mundo, que impulsionaram importantes transformações em relação às leis e políticas em uma ampla gama de questões, como o acesso das mulheres à arena política, à educação, à licença maternidade, ao direito à integridade física, aos direitos sexuais e reprodutivos, e em muitas outras pautas esse ativismo pressionou os limites da ordem estabelecida.

Nas transições democráticas latino-americanas e sul-africana, as mulheres se organizaram na tentativa de influenciar os processos políticos em curso. Em muitos casos as mulheres assumiram protagonismo político, sendo as primeiras a se manifestarem nas ruas em diversas situações, podendo-se citar o movimento das Mães da *Plaza de Mayo* na Argentina, que reivindicavam seus filhos desaparecidos durante o regime militar repressivo, as feministas no Chile que foram às ruas no dia internacional da mulher em manifestações contra o regime de Pinochet, sob o slogan “democracia no lar e no país”, dentre várias outras situações. Além desse importante papel em movimentos contra a ditadura, as mulheres organizadas também buscaram garantir que os resultados das transições trouxessem mudanças positivas para as mulheres, como o aumento da representação política e de direitos no período pós-transição. Em 2011, esforços semelhantes se verificaram na Tunísia e no Egito, durante a Primavera árabe.

Anos de ativismo de mulheres levaram a temática das desigualdades de forma marcante à IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, também conhecida como Conferência de Beijing, em 1995, promovida pela ONU. No âmbito acadêmico também se verificam iniciativas importantes: em 2011 a *IPSA - International Political Science Association* lançou o *Gender Monitoring Survey*, visando um processo de monitoramento de gênero com vistas a sensibilizar para a questão da igualdade de gênero e a sub-representação das mulheres entre as associações membro, bem como incentivar a produção acadêmica feminina e trabalhos científicos sobre esta temática.

O estudo da política também tem se expandido e integrado as reflexões sobre gênero, o que demonstra a vitalidade deste campo de estudos, embora se registrem ainda muitos desafios a serem enfrentados.

O presente dossiê é fruto de uma parceria da editoria da *Teoria & Pesquisa*, na pessoa da profa. Dra. Maria do Socorro Braga, com o grupo de pesquisas em Gênero, Novas Mídias e a Política da UFSCar, coordenado pela profa. Dra. Sylvia Iasulaitis. Reúne artigos com análises teóricas e estudos empíricos que abordam a temática de gênero em suas

múltiplas dimensões, inclusive as situadas na confluência com outros marcadores sociais de raça /cor e sexualidade que atravessam o universo da política. Em seu conjunto, abordam a relação entre gênero e instituições, sistemas e estruturas políticas.

O dossiê se abre com o artigo de Luciana Andrade, que analisa o processo decisório e os atores envolvidos na formulação das políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil; posteriormente, é sobre os diferentes níveis numéricos de representação descritiva feminina que se volta a análise de Vitor de Moraes Peixoto, juntamente com Gabriel Tisse da Silva. Avaliando o desempenho de mulheres em arenas municipais, os autores identificam que o acesso feminino aos espaços de poder permanece em níveis baixos, apesar das inovações institucionais introduzidas na legislação eleitoral brasileira com as políticas de discriminação positivas, como as cotas nas listas partidárias e a engenharia eleitoral delas decorrentes.

O debate sobre as políticas de cotas se estende por um outro viés com o artigo de Sandro Augusto Silva Ferreira, que atrela a discussão de gênero às ações afirmativas e às minorias étnicas. As desigualdades atendem a padrões de gênero, mas não o fazem isoladamente; ao contrário, apresentam uma vinculação significativa com outros marcadores sociais de raça, classe e sexualidade.

Com relação ao último aspecto, nossas sociedades constroem determinados estereótipos e padrões para disciplinar a sexualidade. Por isso a importância de se estudar padrões culturais e societários essencializantes que organizam a sociedade com base em binarismos e em padrões de feminilidade e masculinidade. E é justamente compreendendo que a masculinidade não é orgânica e a importância de analisar como a sociedade introjeta determinados padrões que está o artigo de Douglas Josiel Voks, que analisa os discursos sobre a masculinidade.

O artigo de Clarisse Goulart Paradis, que aborda uma temática ao mesmo tempo fundamental e controversa: a prostituição. Em sua reflexão a autora o faz estabelecendo um profícuo diálogo entre a teoria política e a teoria de gênero, abordando as tradições do pensamento político e o dissenso democrático sobre este tema.

Por fim, ao destacar a natureza política dos movimentos feministas, Fernanda Luíza Silva de Medeiros analisa a confluência entre feminismo e neoliberalismo, globalização e capitalismo, identificando uma recente instrumentalização pautada por elementos

identitários que transitam entre o individualismo neoliberal e a coletivização dos movimentos sociais.

No geral, este dossiê pretende ilustrar o estabelecimento, a institucionalização e a vitalidade do campo de gênero e política e contribuir para fortalecê-lo, reconhecendo que restam muitos desafios a serem enfrentados na agenda de pesquisas sobre esta temática tão ampla e diversa, como demonstram os artigos aqui reunidos.

Boa leitura